



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0013338-41.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Marcio Alexandre Arone**
 Requerido: **Maravilha Veiculos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter vendido à ré automóvel de sua propriedade por R\$ 15.000,00, recebendo apenas parte do preço ajustado (mais precisamente, R\$ 3.000,00).

Almeja ao recebimento da quantia faltante, bem como a condenação da ré a informar a atual localização do veículo.

A ré em contestação refutou ter celebrado o negócio trazido à colação, asseverando que nunca o firmou com o autor.

As preliminares arguidas em contestação entrosam-se com o mérito da causa e como tal serão apreciadas, ressalvando-se que este Juízo é competente para dirimir a lide que não se reveste de maior complexidade.

O ponto central da controvérsia estabelecida concerne a saber se a venda alegada pelo autor à ré aconteceu ou não.

O autor não amealhou um único indício material que ao menos conferisse verossimilhança à versão que apresentou.

Como se não bastasse, ele destacou na exordial que a ré teria efetuado três pagamentos de R\$ 1.000,00 cada um, dos quinze a que se obrigara.

Além de nada ser produzido nesse sentido, a explicação não foi respaldada pelo documento de fl. 40.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Ele corresponde a ofício encaminhado pelo estabelecimento bancário em que o autor possui conta e destacou quais os depósitos nela verificados entre junho de 2012 e agosto de 2013 no importe de R\$ 1.000,00.

A relação contempla oito movimentações dessa natureza, cumprindo observar que somente uma delas tem origem na cidade de São Carlos, mas mesmo assim sem a identificação de quem a teria levado a efeito.

O autor permaneceu silente a propósito dessa prova e, como já assinalado, não trouxe aos autos qualquer indicação básica da transação descrita ou ainda de algum pagamento concreto que tivesse recebido a esse título.

Nesse contexto, conclui-se que a pretensão deduzida não pode prosperar, não tendo o autor se desincumbido do ônus que lhe impunha o art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil ao não demonstrar os fatos constitutivos de seu direito.

Nem se diga que eventual oitiva de testemunhas teria o condão de alterar o panorama traçado, porquanto considerando o valor do contrato que teria sido feito a exclusiva produção desse tipo de prova não é apta a comprovar sua existência (art. 401 do Código de Processo Civil).

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fl. 36, item 2, oficiando-se.

P.R.I.

São Carlos, 19 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**